
Editorial

Essa edição da *Serviço Social em Revista* é publicada em um momento histórico brasileiro marcado por inúmeros retrocessos e ataques aos Direitos Humanos, Trabalhistas, Previdenciários, entre outros. Como se não bastasse, o ideário violento que se espalha por todo País pautado na luta de classes, no racismo e no patriarcado, defronta-se ainda, com a criminalização da produção do conhecimento. Esta é a base material nessa conjuntura que sustenta os estudos não só brasileiros como latino-americanos.

Diante dessa realidade que nos inquieta e instiga, publicam-se as contribuições de diversos(as) pesquisadores(as) brasileiros(as) e Uruguaios(os). Num primeiro momento, traz-se os estudos sobre a política social tanto no âmbito da assistência social e da extensão rural brasileira, quanto dos conselhos municipais e da execução dos serviços no trabalho com famílias. Em seguida, há a discussão da onda punitiva no Brasil e sobre as desigualdades de gênero, planejamento reprodutivo das mulheres e a violência sexual. Finaliza-se essa edição com as contribuições da pesquisa sobre as concepções de democracia no serviço social brasileiro e a interlocução entre o serviço social e os meios de comunicação.

Costabile e Laurino abrem esta edição com o artigo intitulado “Estratégias de proximidade políticas de assistência no Uruguai” sobre as políticas sociais no campo da assistência social no Uruguai. Apresentam o panorama uruguaio nos últimos 15 anos acerca da universalização e focalização dessa política, por meio da chamada estratégia de proximidade. O foco dessa estratégia é a escuta e o acompanhamento, todavia, sem investimento para de fato responder às demandas da população usuária.

Um resgate historiográfico da institucionalidade política da extensão rural brasileira e sua similaridade às políticas sociais tornam-se o foco do artigo “Caridade, meritocracia e redistribuição: a tríade histórica da política social e da extensão rural brasileira”. Nesse estudo teórico, QUIDÁ e FILHO apresentam a cronologia dos acontecimentos relacionados à extensão rural, cujo escopo encontra-se situado na relação entre o público e o privado e o grau de redistribuição dos sistemas de proteção para explicar a evolução histórica das políticas sociais. Contribuem também ao evidenciar características que aproximam a evolução das políticas sociais com as políticas de extensão rural.

O terceiro artigo: “O conselho municipal de assistência social: um estudo de caso”, Penariol e Benelli enfretam uma temática extremamente relevante na atual conjuntura brasileira, haja vista, na qual os conselhos se deparam com uma real perspectiva de desmonte dos espaços participativos. Nesse artigo, encontra-se uma análise quanto à efetividade do Conselho Municipal de Assistência Social enquanto um espaço de formulação, decisão, fiscalização e controle social da política pública de Assistência Social. As análises apresentadas nesse trabalho evidenciam o modo como os conselhos municipais são reduzidos aos espaços de ordem burocrática, impedindo de fato que se efetivem como um espaço democrático de direito.

Em as “Possibilidades de trabalho social com as famílias inseridas no Serviço de Proteção e Atendimento integral à Família – PAIF”, Souza e Bourguignon refletem sobre os pressupostos do trabalho social com as famílias inseridas no PAIF (Serviço de Proteção e Atendimento Integral à Família). Tais pressupostos são pontuados reconhecendo o contexto contemporâneo de regressão e fragmentação das políticas públicas e tendo no horizonte a necessidade de superar a responsabilização da família quanto à proteção social de seus membros e o necessário rompimento e superação de práticas conservadoras.

“A especificidade da onda punitiva brasileira” é apresentada por Serra, tendo em vista, que em um Estado capitalista de tipo dependente, a dificuldade de acumular capital internamente influi na estruturação e na forma de comportamento entre as classes, com reflexos nos padrões de dominação política. Um dos seus traços mais característicos assenta na produção de um enorme contingente de força de trabalho marginalizada, inconfundível com o exército industrial de reserva, e que funciona como estratégia de controle social e político. O autor se debruça sobre essa temática no contexto brasileiro, destacando a hierarquização da divisão em classes e étnico-racial, além da parcial e já superada redenção social levada ao efeito, fundamentalmente, por meio do incremento da capacidade de consumo que tem remarcado um traço constitutivo do campo burocrático brasileiro, melhor compreendido como processo de longa duração: o Estado brasileiro nunca tomou seu povo com a reverência que mesmo uma ordem jurídica limitadamente liberal preconiza.

No que se refere aos estudos de gênero, o artigo “Políticas públicas e as pesquisas sobre o uso do tempo no enfrentamento das desigualdades de gênero”, Moreira e Moser com base em um aporte teórico importante, apresentam elementos centrais sobre as pesquisas de uso do tempo no cenário mundial e na América Latina evidenciando as poucas

pesquisas quantitativas sobre o uso do tempo realizadas no Brasil e as lacunas que tal processo produz na proposição de políticas públicas direcionadas a equacionar as desigualdades de gênero no país.

Em o “Aconselhamento em Planejamento Reprodutivo de Mulheres em Condições de Vulnerabilidade, segundo a percepção dos profissionais da Estratégia Saúde da Família”, Lujan, Callegari e Carbol trazem à luz elementos da experiência profissional e de uma pesquisa de campo, tendo como sujeitos da pesquisa profissionais, tendo em vista analisar o aconselhamento em planejamento reprodutivo de mulheres em condições de vulnerabilidade.

Fruto também da experiência cotidiana no artigo: “Narrativa de violência sexual: caso do Centro de Atendimento Integrado 18 de Maio”, Silva, Kunz e Lima analisam as práticas humanizadas e recomendações para uma política pública de Estado destinadas ao atendimento de crianças e adolescentes vítimas de violências. Na análise, são considerados os relatos e as ações de experiências dos sujeitos de direitos (crianças e adolescentes) frente às denúncias recebidas pelo Disque 100, no contexto da submissão da vítima (criança e adolescente) à rerepresentação de narrativa de violência sexual e suas consequências para esses sujeitos.

O Serviço Social brasileiro toma a cena nessa edição especificamente nos artigos finais. Em a “A concepção de democracia predominante no Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980”, Felix e Silva, analisam a concepção de democracia no Serviço Social brasileiro a partir da década de 1980. Destacam que, tanto a formulação da democracia posta como único caminho para construir o socialismo no Brasil, como a defesa da democratização, demonstrou sua inviabilidade em romper com o *status quo*.

Soares e Fernandes encerram os estudos nesta edição com o artigo “A interlocução do Serviço Social e os meios de comunicação: aproximações reflexivas”, considerando que a interlocução do Serviço Social com os meios de comunicação, em especial as rádios comunitárias, pode-se constituir enquanto um espaço de enfrentamento e de defesa dos direitos sociais da classe trabalhadora, e evidencia a necessidade de se fomentar a discussão sobre a articulação destas áreas.

Convida-se as(os) leitoras(es) à se debruçarem sobre esses diferentes artigos na esperança de que sejam contributivos e estimulem novas pesquisas.

Sandra Lourenço de Andrade Fortuna

Editora Científica